

TEKNO S/A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO
CNPJ 33.467.572/0001-34

Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária
a ser realizada em 28.04.2017

ÍNDICE

	Página
I - Ordem do dia	03
II - Proposta encaminhada pelo Conselho de Administração à Assembleia	04
III - Comentários dos diretores sobre a situação financeira da companhia (item 10 do formulário de referência)	05
IV - Relatório dos auditores independentes	26
V - Parecer do Conselho Fiscal	30
VI – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício (Anexo 9-1-II da IN CVM 481)	31
VII – Instalação do Conselho Fiscal (itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência)	32
VIII – Remuneração dos Administradores (item 13 do formulário de referência)	36

I – ORDEM DO DIA

Deliberar sobre:

- a) Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2016;
- b) Fixação da verba anual da remuneração dos administradores.
- c) Instalação do Conselho Fiscal.

II – PROPOSTA ENCAMINHADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA

- a) Aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2016.
- b) Fixar, para remuneração global dos Administradores da Companhia, para o exercício em curso, o montante de R\$.2.336.125,00 (dois milhões, trezentos e trinta e seis mil, cento e vinte e cinco reais), verba esta, reajustável a partir de abril de 2016, nas mesmas datas e percentuais dos aumentos salariais aplicáveis ou concedidos aos empregados da empresa. Nesta verba não estão incluídos os encargos sociais.

III – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.

10.1) Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais e Resultado das operações

A diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais saudáveis, buscando sempre a maximização do retorno aos seus acionistas e está apta a cumprir todas as suas obrigações de curto e longo prazo.

- **Margem de rentabilidade líquida**

	Consolidado				
	2016	Variação %	2015	Variação %	2014
Receita operacional líquida	110.644	-8,8%	121.346	-11,6%	137.252
Resultado financeiro	5.257	-33,2%	7.875	12,6%	6.996
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício, atribuído ao acionista controlador (TEKNO)	(16.818)	90,5%	(8.830)	-288,4%	4.686
% de Margem Líquida	-15%		-7%		3%

As receitas operacionais líquidas consolidadas apresentaram redução de 8,8% no exercício de 2016, em relação ao período anterior, e de 11,6% no exercício de 2015, em comparação ao exercício de 2014, devido à queda nas vendas sofridas pela Controladora, em decorrência da desaceleração da economia brasileira.

O resultado financeiro consolidado apresentou redução de 33,2% no exercício de 2016, comparado com o mesmo período do exercício anterior, devido à redução nos saldos de aplicações financeiras.

O Prejuízo líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentou aumento de 90,5%, comparado com o mesmo período exercício anterior, impactado pela redução das receitas líquidas, pelo aumento das vendas de produtos com menor margem de contribuição e pelo aumento nas despesas com rescisões e indenizações trabalhistas.

A margem de rentabilidade líquida reduziu de 3% em 2014 para -7% em 2015 e -15% em 2016, pelos motivos acima citados.

- **Índices de liquidez**

	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante + RLP	105.385	114.029	124.643
Passivo	31.531	25.947	26.591
Liquidez Geral	3,34	4,39	4,69

	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante	98.732	108.474	118.578
Passivo circulante	20.750	16.435	17.983
Liquidez Corrente	4,76	6,60	6,59

	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa	34.887	51.654	59.249
Passivo circulante	20.750	16.435	17.983
Liquidez Imediata	1,68	3,14	3,29

Os Índices de liquidez demonstram que a Companhia possui plena capacidade de honrar seus compromissos de curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2016, para cada 1,00 real de obrigações de curto prazo, a Companhia possuía 1,68 reais de disponibilidades em caixa e equivalentes de caixa.

b) Estrutura de capital

- **Estrutura de capital**

	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Passivo	31.531	25.947	26.591
Patrimônio Líquido	188.071	204.786	216.064
	219.602	230.733	242.655
% de Capital de terceiros	14%	11%	11%
% de Capital próprio	86%	89%	89%

Consideramos como capital de terceiros, os valores do passivo total (passivo circulante + passivo não circulante) e como capital próprio os valores do patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro 2016, o capital empregado nas operações da empresa era composto por 14% de capital de terceiros e 86% de capital próprio. O percentual de utilização de capital de terceiros não apresentou variação relevante entre 2014 e 2016.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Conforme demonstrado pelos índices de Liquidez, apresentados no item 10.1.a, a Companhia possui plena capacidade de honrar seus compromissos financeiros de curto e longo prazo.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia detém uma sólida posição financeira, que possibilita financiar suas operações e investimentos atuais com recursos próprios, entretanto, a mesma poderá recorrer a fontes de financiamento para seus investimentos sempre que os custos destes recursos sejam suficientemente baixos no julgamento de sua administração para gerar valor aos seus acionistas.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem, no momento, deficiências de liquidez e não há previsão de que possa ocorrer algum problema de liquidez no curto e médio prazo.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas
I. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2016, a companhia e suas controladas possuíam os seguintes contratos de empréstimos e financiamentos:

Banco ou Instituição Financeira	Tipo empréstimo/ financiamento	Taxa de juros	Última data vencimento	Controladora			
				Circulante		Não circulante	
				31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Banco Santander (i)	Pré-fixado	1,52% a.m.	Agosto de 2017	50	63	-	50
HP Financial (ii)	Pré-fixado	1,38% a.m.	Janeiro de 2022	81	-	553	-
Desenvolve SP (iii)	Pós-fixado	7,5% a.a. + IPCA	Março de 2021	1.039	-	4.032	-
BNDES - Infraestrutura (iv)	Pós-fixado	13,00% a.a. + TJLP	Fevereiro de 2021	166	-	507	-
				1.336	63	5.092	50

Banco ou Instituição Financeira	Tipo empréstimo/ financiamento	Taxa de juros	Última data vencimento	Consolidado			
				Circulante		Não circulante	
				31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Banco Santander (i)	Pré-fixado	1,52% a.m.	Agosto de 2017	50	63	-	50
HP Financial (ii)	Pré-fixado	1,38% a.m.	Janeiro de 2022	81	-	553	-
Desenvolve SP (iii)	Pós-fixado	7,5% a.a. + IPCA	Março de 2021	1.039	-	4.032	-
BNDES - Infraestrutura (iv)	Pós-fixado	13,00% a.a. + TJLP	Fevereiro de 2021	166	-	507	-
BNDES - Finame Tekrom (v)	Pré-fixado	6,00% a.a.	Abril de 2019	21	21	27	48
BNDES - Finame Casamob (vi)	Pré-fixado	6,00% a.a.	Abril de 2019	35	35	53	88
				1.392	119	5.172	186

- (i) Arrendamento mercantil referente a aquisição de uma empilhadeira, com encargos financeiros pré-fixados a taxa de 1,52% ao mês reconhecidos de forma pro rata. O bem adquirido garante a operação com o banco Santander e não há cláusulas restritivas no contrato.
- (ii) Arrendamento mercantil referente a aquisição de equipamentos de informática, com encargos financeiros pré-fixados a taxa de 1,38% ao mês reconhecidos de forma pro rata. O bem adquirido garante a operação com a Instituição HP Financial e não há cláusulas restritivas no contrato
- (iii) Financiamento Desenvolve São Paulo referente a aquisição de máquinas e equipamentos, com encargos financeiros pós-fixados a taxa de 7,50% ao ano + IPCA

reconhecidos de forma pro rata. Um imóvel da Companhia situado na cidade de São Paulo/SP e parte dos bens adquiridos foram utilizados como garantia da operação e não há cláusulas restritivas no contrato.

- (iv) Financiamento BNDES referente a ampliação de edificação industrial efetuado pela Companhia, com encargos financeiros pós-fixados a taxa de 13% ao ano + TJLP reconhecidos de forma pro rata. O bem construído foi objeto de garantia da operação e não há cláusulas restritivas no contrato.
- (v) Financiamento FINAME adquirido pela controlada Tekrom para aquisição de veículos, sem cláusulas restritivas, garantido pelo bem objeto do financiamento.
- (vi) Financiamento FINAME adquirido pela controlada Casamob para aquisição de empilhadeiras, sem cláusulas restritivas, garantido pelo bem objeto do financiamento.

II. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Todas as relações de longo prazo com instituições financeiras foram mencionadas no item anterior.

III. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre dívidas.

IV. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não existem restrições impostas a Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não há limites de utilização dos financiamentos já contratados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

- **Demonstração do resultado – Consolidado**

Comparação dos resultados referentes aos exercícios findos em 31/12/2016 e 31/12/2015:

	Consolidado				
	2016	Análise Vertical	2015	Análise Vertical	Varição 2016/2015
Receita operacional líquida	110.644	100 %	121.346	100 %	-9 %
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(106.354)	-96 %	(110.270)	-91 %	-4 %
Resultado bruto	4.290	4 %	11.076	9 %	-61 %
Despesas operacionais, líquidas	(28.410)	-26 %	(25.432)	-21 %	12 %
Resultado de equivalência patrimonial	(1.542)	-1 %	(1.011)	-1 %	53 %
Resultado antes do resultado financeiro	(25.662)	-23 %	(15.367)	-13 %	67 %
Resultado financeiro	5.257	5 %	7.875	6 %	-33 %
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(20.405)	-18 %	(7.492)	-6 %	172 %
Imposto de renda e contribuição social	3.587	3 %	(1.470)	-1 %	-344 %
Resultado líquido do período	(16.818)	-15 %	(8.962)	-7 %	88 %
ATRIBUÍVEL AOS:					
Acionista controlador (TEKNO)	(16.818)	-15 %	(8.830)	-7 %	90 %
Acionistas não controladores	-	0 %	(132)	0 %	-100 %

Receita operacional líquida

Os diretores informam que as receitas operacionais líquidas consolidadas apresentaram redução de 9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, comparadas com o exercício anterior, devido à queda nas vendas sofridas pela Controladora, em decorrência da desaceleração da economia brasileira.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

Os diretores informam que os custos dos produtos vendidos e serviços prestados não variaram na mesma proporção em relação à receita operacional líquida, em virtude, basicamente, de uma não linearidade na diluição dos custos fixos.

Lucro bruto

O lucro bruto do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$4.290 mil, o que representa uma redução de R\$6.786 mil, ou 61%, em relação a 2015, quando totalizou R\$11.076 mil.

No exercício de 2016, o lucro bruto representou 4% da receita operacional líquida e no exercício de 2015, este percentual era de 9%.

Os diretores informam que esta redução da margem deve-se, principalmente, à redução das receitas operacionais líquidas.

Despesas operacionais, líquidas

Os diretores informam que as despesas operacionais líquidas consolidadas apresentaram aumento de 12% no exercício de 2016, se comparadas com o mesmo período do ano anterior. Esse aumento foi causado, principalmente, pelo aumento nas despesas com rescisões e indenizações trabalhistas, pela redução na receita com comercialização do

excedente de energia no mercado livre e pela baixa do ágio gerado na aquisição de participação da controlada Alukroma.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado negativo de equivalência patrimonial consolidado apresentado no exercício de 2016 decorreu dos resultados negativos apresentados pela controladas em conjunto Perfilor e Wolverine/Tekno no período.

Resultado financeiro

Os diretores informam que o resultado financeiro consolidado apresentou redução de 33% no exercício de 2016, se comparado com o exercício anterior, devido à redução nos saldos de aplicações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a companhia não apresentou lucro tributável e o crédito de imposto de renda e contribuição social apresentado no resultado, no montante de R\$ 3.587, decorre-se de impostos diferidos constituído sobre diferenças temporárias e o prejuízo fiscal do exercício.

(Prejuízo) Lucro líquido do exercício

Os diretores informam que o prejuízo líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentou aumento de 88%, se comparado com o exercício anterior, devido aos motivos mencionados nos itens acima.

Comparação dos resultados referentes aos exercícios findos em 31/12/2015 e 31/12/2014:

	Consolidado				
	2015	Análise Vertical	2014	Análise Vertical	Varição 2015/2014
Receita operacional líquida	121.346	100%	137.252	100%	-12%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(110.270)	-91%	(108.980)	-79%	1%
Lucro bruto	11.076	9%	28.272	21%	-61%
Despesas (receitas) operacionais	(25.432)	-21%	(23.611)	-17%	8%
Resultado de equivalência patrimonial	(1.011)	-1%	(2.200)	-2%	-54%
(Prejuízo) lucro antes do resultado financeiro	(15.367)	-13%	2.461	2%	-724%
Resultado financeiro	7.875	6%	6.996	5%	13%
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(7.492)	-6%	9.457	7%	-179%
Imposto de renda e contribuição social	(1.470)	-1%	(5.015)	-4%	-71%
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(8.962)	-7%	4.442	3%	-302%
ATRIBUÍVEL AOS:					
Acionista controlador (TEKNO)	(8.830)	-7%	4.686	3%	-288%
Acionistas não controladores	(132)	0%	(244)	0%	0%

Receita operacional líquida

Os diretores informam que as receitas operacionais líquidas consolidadas apresentaram redução de 12% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, comparadas com o exercício anterior, devido à queda nas vendas sofridas pela Controladora, em decorrência da desaceleração da economia brasileira.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

Os diretores informam que os custos dos produtos vendidos e serviços prestados apresentaram aumento de 1% no exercício de 2015, se comparado com o mesmo período do ano anterior, sendo impactados, principalmente, pelo aumento do custo de produção nas controladas e pelas verbas trabalhistas rescisórias adimplidas no período.

Lucro bruto

O lucro bruto do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$11.076 mil, o que representa uma redução de R\$17.196 mil, ou 61%, em relação a 2014, quando totalizou R\$28.272 mil.

No exercício de 2015, o lucro bruto representou 9% da receita operacional líquida e no exercício de 2014, este percentual era de 21%.

Os diretores informam que esta redução da margem deve-se ao aumento das vendas de produtos com menor margem de contribuição.

Despesas (receitas) operacionais

Os diretores informam que as despesas operacionais líquidas consolidadas apresentaram aumento de 8% no exercício de 2015, se comparadas com o mesmo período do ano anterior. Esse aumento foi causado, principalmente, pelas despesas com vendas da controlada Casamob, necessárias à promoção e à consolidação de sua marca no mercado.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado negativo de equivalência patrimonial consolidado apresentado no exercício de 2015 decorreu dos resultados negativos apresentados pela controladas em conjunto Perfilor e Wolverine/Tekno no período.

Resultado financeiro

Os diretores informam que o resultado financeiro consolidado apresentou aumento de 13% no exercício de 2015, comparado com o mesmo período do exercício anterior, devido a melhor rentabilidade das aplicações financeiras realizadas pela Companhia, em função do aumento da taxa de juros verificadas no período.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social atingiram o total de R\$1.470 mil (composto pela parcela do imposto corrente e diferido) no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentando uma redução de R\$3.545 mil, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no qual tais despesas atingiram R\$5.015 mil. A redução apresentada, deve-se a redução no lucro tributável.

(Prejuízo) Lucro líquido do exercício

Os diretores informam que o resultado líquido apresentou redução de 288% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, comparado com o exercício anterior, impactado pela redução da redução das receitas líquidas e aumento das vendas de produtos com menor margem de contribuição.

- **Balanco patrimonial – Consolidado**

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014.

ATIVO	Consolidado				
	31/12/2016	Analise Vertical	31/12/2015	Analise Vertical	Varição 2016/2015
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	34.887	16 %	51.654	22 %	-32 %
Contas a receber de clientes	25.736	12 %	21.124	9 %	22 %
Estoques	33.911	15 %	29.957	13 %	13 %
Tributos a recuperar	3.784	2 %	5.255	2 %	-28 %
Outros créditos	146	0 %	131	0 %	11 %
Despesas antecipadas	268	0 %	353	0 %	-24 %
Total do ativo circulante	98.732	45 %	108.474	47 %	-9 %
NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recuperar	3.209	1 %	2.277	1 %	41 %
Depósitos judiciais	3.103	1 %	3.278	1 %	-5 %
Impostos diferidos	341	0 %	-	0 %	-
Investimentos	15.827	7 %	17.369	8 %	-9 %
Imobilizado	93.965	43 %	94.055	41 %	0 %
Intangível	4.425	2 %	5.280	2 %	-16 %
Total do ativo não circulante	120.870	55 %	122.259	53 %	-1 %
TOTAL DO ATIVO	219.602		230.733		-5 %

PASSIVO	Consolidado				
	31/12/2016	Analise Vertical	31/12/2015	Analise Vertical	Varição 2016/2015
CIRCULANTE					
Fornecedores	10.299	5 %	8.375	4 %	23 %
Obrigações sociais e trabalhistas	5.229	2 %	4.558	2 %	15 %
Empréstimos e financiamentos	1.392	1 %	119	0 %	1.070 %
Obrigações fiscais	564	0 %	340	0 %	66 %
Adiantamentos de clientes	1.648	1 %	1.576	1 %	5 %
Participações estatutárias	190	0 %	190	0 %	0 %
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	623	0 %	353	0 %	76 %
Outras exigibilidades	805	0 %	924	0 %	-13 %
Total do passivo circulante	20.750	9 %	16.435	7 %	26 %
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	5.172	2 %	186	0 %	2.681 %
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	136	0 %	903	0 %	-85 %
Provisão para passivo pós- emprego	2.330	1 %	1.973	1 %	18 %
Provisão para aposentadoria compulsória	3.143	1 %	3.189	1 %	-1 %
Impostos diferidos	-	0 %	3.261	1 %	-100 %
Total do passivo não circulante	10.781	5 %	9.512	4 %	13 %
TOTAL DO PASSIVO	31.531	14 %	25.947	11 %	22 %

	Consolidado				
	31/12/2016	Analise Vertical	31/12/2015	Analise Vertical	Varição 2016/2015
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	177.000	81 %	177.000	77 %	0 %
Retenção de lucros	-	0 %	998	0 %	-100 %
Reserva legal	19.606	9 %	19.606	8 %	0 %
Reserva de incentivos fiscais	1.450	1 %	1.450	1 %	0 %
Prejuízos acumulados	(14.080)	-6 %	-	0 %	-
Ajuste de avaliação patrimonial	3.944	2 %	5.684	2 %	-31 %
Outros resultados abrangentes	151	0 %	48	0 %	215 %
Total	188.071	86 %	204.786	89 %	-8 %
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	219.602		230.733		-5 %

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2016, o caixa e equivalentes de caixa Consolidado apresentava um montante de R\$34.887 mil comparado com um montante de R\$51.654 mil em 31 de dezembro de 2015, representando uma redução de 32%, no montante de R\$16.767 mil. Os diretores informam que essa redução é proveniente dos investimentos realizados pela Companhia, descritos no item 10.8 deste formulário.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2016, as contas a receber de clientes totalizavam R\$25.736 mil, representando um aumento de R\$4.612 mil, se comparado a 31 de dezembro de 2015, quando o contas a receber de clientes totalizaram R\$21.124 mil, ou seja, um aumento percentual de 22%. Os diretores da Companhia informam que essa variação é explicada pelo

aumento nas vendas nos últimos meses do exercício de 2016 e pelo aumento no prazo de recebimento de alguns clientes, que foram impactados pelo atual cenário econômico do país.

Estoques

Os diretores informam que os estoques aumentaram em 13% entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Tributos a recuperar

Os diretores informam que a redução de 28% apresentado em tributos a recuperar, no ativo circulante, é proveniente das compensações destes créditos com tributos a pagar, ocorridas durante o exercício de 2016.

Intangível

Os diretores informam que a redução apresentada no ativo intangível de 16%, entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, decorre da baixa pela não recuperabilidade de ágio da controlada Alukroma no montante de R\$ 1.193, tendo como base as expectativas de resultado da controlada e as projeções econômico-financeiras do segmento em que atua.

Fornecedores

A conta de fornecedores do balanço patrimonial Consolidado, apresentava um montante de R\$10.299 mil em 31 de dezembro de 2016 e R\$8.375 mil em 31 de dezembro de 2015, resultando em um aumento de R\$1.924 mil no período.

Obrigações Sociais e Trabalhistas

A conta de obrigações sociais e trabalhistas do balanço patrimonial Consolidado, apresentava um montante de R\$4.558 mil em 31 de dezembro de 2016 e R\$5.229 mil em 31 de dezembro de 2015. O aumento registrado, no montante de R\$671 mil, é proveniente de provisões constituídas pela companhia para rescisões trabalhistas e pelo aumento nos saldos de tributos sociais a recolher.

Empréstimos e financiamentos

Os diretores informam que o aumento apresentado na conta de empréstimos e financiamentos é proveniente de novos financiamentos captados pela companhia e suas controladas para realização de novos investimentos, conforme descrito no item 10.1.f.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014.

ATIVO	Consolidado				
	31/12/2015	Análise Vertical	31/12/2014	Análise Vertical	Variação 2015/2014
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	51.654	22 %	59.249	24 %	-13 %
Contas a receber de clientes	21.124	9 %	29.050	12 %	-27 %
Estoques	29.957	13 %	26.155	11 %	15 %
Tributos a recuperar	5.255	2 %	3.804	2 %	38 %
Outros créditos	131	0 %	183	0 %	-28 %
Despesas antecipadas	353	0 %	137	0 %	158 %
Total do ativo circulante	108.474	47 %	118.578	49 %	-9 %
NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recuperar	2.277	1 %	2.755	1 %	-17 %
Depósitos judiciais	3.278	1 %	3.286	1 %	0 %
Outros créditos	-	0 %	24	0 %	-100 %
Investimentos	17.369	8 %	18.380	8 %	-6 %
Imobilizado	94.055	41 %	95.725	39 %	-2 %
Intangível	5.280	2 %	3.907	2 %	35 %
Total do ativo não circulante	122.259	53 %	124.077	51 %	-1 %
TOTAL DO ATIVO	230.733		242.655		-5 %

PASSIVO	Consolidado				
	31/12/2015	Análise Vertical	31/12/2014	Análise Vertical	Variação 2013/2012
CIRCULANTE					
Fornecedores	8.375	4 %	6.792	3 %	23 %
Obrigações sociais e trabalhistas	4.558	2 %	4.503	2 %	1 %
Empréstimos e financiamentos	119	0 %	110	0 %	8 %
Obrigações fiscais	340	0 %	1.260	1 %	-73 %
Adiantamentos de clientes	1.576	1 %	355	0 %	344 %
Participações estatutárias	190	0 %	520	0 %	-63 %
Juros sobre o capital próprio	-	0 %	2.761	1 %	-100 %
Dividendos mínimos obrigatórios	-	0 %	683	0 %	-100 %
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	353	0 %	183	0 %	93 %
Outras contas a pagar	924	0 %	816	0 %	13 %
Total do passivo circulante	16.435	7 %	17.983	7 %	-9 %
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	186	0 %	305	0 %	-39 %
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	903	0 %	843	0 %	7 %
Provisão para passivo pós- emprego	1.973	1 %	1.249	1 %	58 %
Provisão para aposentadoria compulsória	3.189	1 %	2.341	1 %	36 %
Impostos diferidos	3.261	1 %	3.870	2 %	-16 %
Total do passivo não circulante	9.512	4 %	8.608	4 %	11 %
TOTAL DO PASSIVO	25.947	11 %	26.591	11 %	-2 %

	Consolidado				
	31/12/2015	Análise Vertical	31/12/2014	Análise Vertical	Variação 2013/2012
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	177.000	77 %	177.000	73 %	0 %
Retenção de lucros	2.448	1 %	8.394	3 %	-71 %
Reserva legal	19.606	8 %	19.606	8 %	0 %
Dividendo adicional proposto	-	0 %	820	0 %	-100 %
Ajuste de avaliação patrimonial	5.684	2 %	8.099	3 %	-30 %
Outros resultados abrangentes	48	0 %	1.250	1 %	-96 %
Total	204.786	89 %	215.169	89 %	-5 %
Participação dos acionistas não controladores	-	0 %	895	0 %	-100 %
Total do patrimônio líquido	204.786	89 %	216.064	89 %	-5 %
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	230.733		242.655		-5 %

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2015, o caixa e equivalentes de caixa Consolidado apresentava um montante de R\$51.654 mil comparado com um montante de R\$59.249 mil em 31 de dezembro de 2014, representando uma redução de 13%, no montante de R\$7.595 mil. Os diretores informam que essa redução é proveniente dos investimentos realizados pela Companhia, descritos no item 10.8 deste formulário.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2015, as contas a receber de clientes totalizavam R\$21.124 mil, representando uma redução de R\$7.926 mil, se comparado a 31 de dezembro de 2014, quando o contas a receber de clientes totalizaram R\$29.050 mil, ou seja, uma redução percentual de 27%. Os diretores da Companhia informam que essa variação é explicada pela redução das receitas da Companhia em 31 de dezembro de 2015.

Estoques

Os diretores informam que os estoques aumentaram em 15% entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Tributos a recuperar

Os diretores informam que o aumento de 38% apresentado em tributos a recuperar, no ativo circulante, é proveniente de créditos com Imposto de Renda Retido na Fonte, que não puderam ser compensados em sua totalidade, devido à redução no lucro tributável do exercício.

Intangível

Os diretores informam que o aumento apresentado no ativo intangível de 35%, entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, decorre dos investimentos realizados pela companhia e suas controladas, no desenvolvimento de softwares de gestão da produção.

Fornecedores

A conta de fornecedores do balanço patrimonial Consolidado, apresentava um montante de R\$8.375 mil em 31 de dezembro de 2015 e R\$6.792 mil em 31 de dezembro de 2014, resultando em um aumento de R\$1.583 mil no período.

Obrigações Sociais e Trabalhistas

A conta de fornecedores do balanço patrimonial Consolidado, apresentava um montante de R\$4.558 mil em 31 de dezembro de 2015 e R\$4.503 mil em 31 de dezembro de 2014. O aumento registrado, no montante de R\$55 mil, não foi considerado significativo pelos diretores.

Juros sobre o capital próprio

Os diretores informam que os juros sobre o capital próprio no montante de R\$2.761 mil, apresentado no balanço patrimonial Consolidado de 31 de dezembro de 2014, foram creditados aos acionistas em 19 de janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2015, não haviam saldos de juros sobre o capital próprio a pagar.

10.2) Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossas receitas estão assim distribuídas:

	Receita líquida (Consolidada)						
	R\$ mil			Quantidade			
	2016	2015	2014	UM	2016	2015	2014
Venda de bobinas e chapas pré-pintadas	46.293	49.585	49.005	Ton	12.347	13.301	14.709
Venda de móveis de aço	7.582	5.113	1.211	Pç	40.738	25.706	8.867
Venda de Paineis de alumínio (constr.civil)	7.129	2.504	418	M²	59.471	31.414	5.069
Serviço de pintura em bobinas de aço	38.005	44.351	49.525	Ton	37.707	39.831	48.235
Serviço de pintura em bobinas de alumínio	8.374	14.729	33.929	Ton	3.590	14.329	53.227
Exportação de bobinas e chapas pré-pintadas	3.261	5.064	3.164	Ton	604	604	463
	110.644	121.346	137.252				

II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que contribuíram para uma redução significativa dos resultados operacionais da companhia em 2016 foram:

- a) Redução da receita operacional líquida (12% no consolidado)
- b) Não linearidade na diluição dos custos fixos

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volume e introdução de novos produtos e serviços

A redução das receitas em 2016 foi decorrente da desaceleração da economia. Os principais setores de atuação da TEKNO recuaram consideravelmente no ano de 2016. O setor de eletrodomésticos e o setor automotivo apresentaram queda de 16,3% e 12,8%, respectivamente, em relação ao ano de 2015. O setor da construção civil também apresentou queda em suas atividades. A própria atividade industrial, em média, recuou 6,6%, em comparação ao exercício anterior.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

O aço pré-pintado produzido pela Tekno têm sofrido forte concorrência dos produtos importados, principalmente da Ásia. No exercício de 2016 os produtos importados corresponderam a 23% do respectivo mercado, apesar da queda estimada da importação de 38%, em comparação ao ano interior. O câmbio também é fator relevante para a Tekno pois a variação do dólar poderá ocasionar um aumento dos insumos importados ou com componentes importados adquiridos pela Tekno.

A taxa de juros também afeta o resultado da empresa e de suas controladas, tendo em vista que uma taxa de juros elevada restringe a concessão de créditos, inviabilizando os investimentos e retraindo o consumo.

10.3) Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação na Companhia de segmento operacional no exercício de 2015 e 2016.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia aumentou em 2015 a sua participação no capital social da ALUKROMA S/A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO de 93,88% para 99,99%, através da aquisição de 6,12% da ALUCOIL S.A.U. (Spain), conforme detalhes constantes da nota explicativa nº 10.3 (vi) das Demonstrações Financeiras do exercício de 2015.

c) Eventos ou operações não usuais

Não houve no exercício de 2016.

10.4) Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Os Diretores da Companhia informam que as demonstrações financeiras da Companhia (controladora) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da CVM e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo CPC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standard – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board (“IASB”)* nos três últimos exercícios.

Os Diretores da Companhia informam ainda que a adoção inicial das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standard – IFRS*) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), afetaram significativamente as demonstrações financeiras da Companhia.

- **Exercício social findo em 31 de dezembro de 2016**

Não houve alterações das práticas contábeis.

- **Exercício social findo em 31 de dezembro de 2015**

Não houve alterações das práticas contábeis.

- **Exercício social findo em 31 de dezembro de 2014**

Não houve alterações das práticas contábeis.

b) Efeitos significativos das alterações das práticas contábeis

Não houve alterações das práticas nesse exercício

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

- **Exercício social findo em 31 de dezembro de 2016**

O Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não possui ressalvas ou parágrafos de ênfase.

- **Exercício social findo em 31 de dezembro de 2015**

O Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não possui ressalvas ou parágrafos de ênfase.

- **Exercício social findo em 31 de dezembro de 2014**

O Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não possui ressalvas ou parágrafos de ênfase.

10.5) Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A companhia adota, na elaboração das demonstrações financeiras, todas as normas IFRS e as normas CPC para avaliar os seus ativos, passivos, receitas e despesas, e realizar as estimativas necessárias. As estimativas são elaboradas com base nos relatórios emitidos por seus assessores legais e financeiros, assim como na experiência adquirida da Companhia.

- **Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas**

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

a) **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

São utilizadas projeções de resultados preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais contêm diversas premissas e julgamentos, objetivando mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros que sustentem a realização das bases tributáveis geradoras do imposto de renda e da contribuição social diferidos a serem registrados nas demonstrações financeiras. O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o imposto de renda e contribuição social diferidos.

b) **Vida útil do ativo imobilizado**

A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. A companhia revisa anualmente as vidas úteis de seu ativo imobilizado. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos

fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

c) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

d) Provisão para realização dos estoques

A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas incorridas nos esforços de vendas.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

f) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 15. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Provisão para benefícios pós-emprego

A provisão para benefícios pós-emprego é constituída com base em laudo atuarial realizado por empresa especializada, utilizando as premissas descritas abaixo:

Taxa de desconto	5,83% ao ano ("a.a.")
Taxa de inflação	4,80% ao ano ("a.a.")
Índice de dependência principal	80%
Idade cônjuge feminino	Média de 4 anos a menos
Rotatividade	9,86% ao ano ("a.a.")
Tabela de mortalidade	AT-2000

g) Provisão para despesas com aposentadoria compulsória

A Companhia constitui provisão para despesas com aposentadoria compulsória de gerentes e supervisores com base nos valores das multas rescisórias, ajustadas a valor presente, com base nas premissas descritas abaixo:

Taxa de desconto	5,83% ao ano ("a.a.")
Taxa de evolução salarial	4,80% ao ano ("a.a.")
Taxa anual das quotas do FGTS	3% ao ano ("a.a.")
Idade cônjuge feminino	Média de 4 anos a menos
Rotatividade	9,86% ao ano ("a.a.")
Tabela de mortalidade	AT-2000

10.6) Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

I. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia, não possuía em 31 de dezembro de 2016 contratos de arrendamento mercantis em andamento que não estejam divulgados em suas demonstrações financeiras e notas explicativas.

II. Carteiras de recebíveis baixadas sobre os quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não existiam em 31 de dezembro de 2016 carteiras de recebíveis baixadas com riscos futuros.

III. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não existiam em 31 de dezembro de 2016 contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

IV. Contratos de construção não terminada

Não existiam em 31 de dezembro de 2016 contratos de construção.

V. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não existiam em 31 de dezembro de 2016 contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia, em 31 de dezembro de 2016 não apresentou ativos e passivos conhecidos que não estejam divulgados em suas demonstrações financeiras e notas explicativas.

10.7) Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável

b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável

10.8) Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

I. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

- **Investimentos em controladas e controladas em conjunto:** Consiste na subscrição de capital nas controladas Casamob e Alukroma e na controlada em conjunto Perfilor, para aplicar em seus novos investimentos operacionais.

Investimento

- Realizado até 31/12/2016 = R\$ 60.036
- Previsto para os próximos exercícios = R\$ 7.000
- Investimento total = R\$ 67.036

- **Linha de pintura 2 (Automação):** Refere-se a investimentos para automação, modernização e substituição de máquinas e equipamentos da linha de pintura 2.

Investimento

- Realizado até 31/12/2016 = R\$ -
- Previsto para os próximos exercícios = R\$ 2.700
- Investimento total = R\$ 2.700

- **Linha de corte longitudinal:** Referem-se a investimentos a serem realizados na linha de corte longitudinal, com o objetivo de aumentar a capacidade produtiva e atender a nova linha de pintura 3.

Investimento

- Realizado até 31/12/2016 = R\$ -
- Previsto para os próximos exercícios = R\$ 2.000
- Investimento total = R\$ 2.000

- **Expansão e manutenção de equipamentos industriais:** Consiste em investimentos de substituição e modernização de equipamentos industriais que estão em fase de obsolescência, com desgaste ou com baixo rendimento, com o objetivo de aumentar a capacidade e qualidade produtiva, evitar paradas na linha de produção por quebras de equipamentos e aumentar a segurança dos operadores.

Investimento

- Previsto para os próximos exercícios = R\$ 500

- **Tecnologia e projetos:** Os investimentos tecnológicos estão divididos em infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e em Softwares e sistemas de gestão, tendo por objetivo acompanhar as novas tecnologias de TI, adquirir novos computadores e periféricos e aprimorar os sistemas de gestão da Companhia.

Investimento

- Realizado até 31/12/2016 = R\$ 2.128
- Previsto para os próximos exercícios = R\$ 530
- Investimento total = R\$ 2.658

II. Fontes de financiamento dos investimentos

Tradicionalmente para seus investimentos e capital de giro, a companhia utiliza recursos oriundos da sua geração própria de caixa, entretanto, a Companhia poderá recorrer a fontes de financiamento para seus investimentos sempre que os custos destes recursos sejam suficientemente baixos no julgamento de sua administração para gerar valor aos seus acionistas.

III. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimento em andamento ou previsto pela Companhia.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há investimento que deva influenciar materialmente a capacidade produtiva a curto prazo.

c) Novos produtos e serviços, indicando:**I. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não houve.

II. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não houve.

III. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não houve.

IV. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não houve.

10.9) Comentar sobre outros fatores que influenciam de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não aplicável

IV – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Tekno S.A. Indústria e Comércio
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tekno S.A. Indústria e Comércio (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Tekno S.A. Indústria e Comércio. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Base da opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- **Recuperabilidade do ativo imobilizado – Controladora e Consolidado**

(Notas explicativas 3.9 e 11)

A Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação aos bens do ativo imobilizado e utilizou-se do laudo de avaliação a valor de mercado elaborado por Empresa Terceirizada Especializada que utiliza critérios de avaliação, metodologia específica e procedimentos de avaliação para calcular o valor de mercado, líquido das despesas de vendas. Esses critérios podem impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas

demonstrações financeiras da controladora, conseqüentemente, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos os procedimentos utilizados pela Companhia para identificar os ativos que possam ter indícios de desvalorização e o processo de mensuração da provisão para perdas com valor recuperável. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos o relatório de avaliação patrimonial do ativo imobilizado que suporta o valor justo líquido das despesas de vendas do ativo imobilizado da Companhia. Adicionalmente, comparamos o valor recuperável apurado com base no valor justo líquido de despesas de venda com o valor contábil dos ativos e avaliamos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil

na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações

financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. 6

São Paulo, 15 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

“Em atendimento às atribuições estatutárias e legais e na forma deliberada em reunião realizada nesta data, os membros do Conselho Fiscal da Tekno S/A Indústria e Comércio, infra-assinados, vêm emitir seu parecer: (a) por unanimidade, no sentido de serem aprovadas, pela Assembleia Geral, as Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. No desempenho de suas funções, os Conselheiros encontraram os documentos em ordem, opinião essa corroborada pelo parecer da empresa de auditoria KPMG”.

**VI – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO
(ANEXO 9.1 – II da IN CVM 481)**

Não apresentado em função de a Companhia ter apurado prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

VII - INSTALAÇÃO DO CONSELHO FISCAL (Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

Em atendimento ao artigo 10 da Instrução CVM 481, a Companhia fornece abaixo as informações indicadas nos subitens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme indicado no Anexo "A" da Instrução CVM nº 552, de 09 de outubro de 2014.

12.5 / 12.6 – Composição e experiência profissional:

Nome	Dt Nascimento	Orgão da ADM	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo Eletivo indicado	Data de Posse	Indicado pelo controlador	Percentual de participação em reuniões (%)
Outros Cargos e funções					
Arystóbulo de Oliveira Freitas	01/07/1961	CF	27/04/2017	Até a A.G.O. de 2018	14
040.278.498-76	Advogado	Conselho CF Titular	27/04/2017	Sim	100
Conselho Independente: Não					
Não exerce outros cargos ou funções na companhia					
Sergio Lucchesi Filho	21/07/1950	CF	27/04/2017	Até a A.G.O. de 2018	14
332.063.688-04	Contador	Conselho CF Titular	27/04/2017	Sim	100
Conselho Independente: Não					
Não exerce outros cargos ou funções na companhia					
Toshio Noshioka	18/03/1952	CF	27/04/2017	Até a A.G.O. de 2018	4
480.427.228-34	Contador	Conselho CF Titular	27/04/2017	Não	91
Conselho Independente: Não					
Não exerce outros cargos ou funções na companhia					
Ricardo Brito Costa	26/10/1976	CF	27/04/2017	Até a A.G.O. de 2018	14
259.300.478-98	Advogado	Suplente Conselheiro Fiscal	27/04/2017	Sim	NA
Conselho Independente: Não					
Não exerce outros cargos ou funções na companhia					
Carlos Atushi Nakamuta	19/08/1959	CF	27/04/2017	Até a A.G.O. de 2018	14
011.603.868-38	Contador	Suplente Conselheiro Fiscal	27/04/2017	Sim	NA
Conselho Independente: Não					
Não exerce outros cargos ou funções na companhia					
Nelson Ramos	20/09/1935	CF	27/04/2017	Até a A.G.O. de 2018	4
085.960.858-15	Contador	Suplente Conselheiro Fiscal	27/04/2017	Sim	NA
Conselho Independente: Não					
Não exerce outros cargos ou funções na companhia					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**Arystóbulo de Oliveira Freitas****Membro do Conselho Fiscal da TEKNO S.A.****Formação:**

Direito – Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, graduação em 1984.

Mestrando em Direito Difuso e Coletivo pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Experiência profissional:

Advogado atuante, professor e conferencista.

Sergio Lucchesi Filho**Membro do Conselho Fiscal da TEKNO S.A.**

Formação: Contador e Administrador

Experiência profissional:

Contador e Administrador de empresas pela FEA/USP, trinta e dois anos de experiência profissional acumulada nas áreas de auditoria, consultoria gerencial e tributos, autor de artigos e entrevistas, em matéria contábil e tributária publicadas em periódicos do país.

Toshio Nishioka**Membro do Conselho Fiscal da TEKNO S.A.****Formação:**

Graduado em Bacharel em Ciências Contábeis - Faculdade da Zona Leste de São Paulo – 1977 e Bacharel em Ciências Jurídicas - Faculdade de Direito Cândido Mendes – 1987.

Experiência profissional:

Sócio da Boucinhas, Campos & Conti - Auditores Independentes

Ricardo Brito Costa**Membro do Conselho Fiscal da TEKNO S.A. (suplente)****Formação:**

Formado em Direito pela Universidade de São Paulo, em 1999.

Experiência profissional:

Atua na área contenciosa civil, inclusive em contendas societárias.

Carlos Atushi Nakamuta**Membro do Conselho Fiscal da TEKNO S.A. (suplente)****Formação:**

Mestre em Contabilidade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Bacharel em Ciências Contábeis.

Bacharel também em Ciências Atuariais pela FMU;

Pós-Graduação (MBA) em Gestão Atuarial e Financeira – FIPECAFI

Experiência profissional:

Sócio na Moore Stephens Auditores e Consultores; Atua nas áreas de Auditoria e Corporate Finance desde junho de 2004;

Foi também Diretor Técnico de Auditoria de Boucinhas & Campos com especialização em instituições financeiras, sendo responsável pela auditoria de parte das empresas do Conglomerado Financeiro Banco Itaú S.A., cerca de 40 empresas, incluindo empresas do ramo segurador.

Nelson Ramos**Membro do Conselho Fiscal da TEKNO S.A. (suplente).****Formação:**

Graduado em Bacharel em Ciências Econômicas - Faculdade de Ciências Econômicas do Estado de São Paulo e Bacharel em Ciências Contábeis - Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto – 1973.

Experiência profissional:

Diretor da Boucinhas, Campos & Conti - Auditores Independentes S/S

A Companhia não tem conhecimento da existência, nos últimos 05 (cinco) anos, de condenações cíveis, criminais ou administrativas, transitadas em julgado, em nome dos candidatos acima. A Companhia declara ainda que obteve dos indicados acima a informação de que estão em condições de firmar a declaração de desimpedimento prevista em Lei e no artigo 2º da Instrução CVM nº 367/2002.

12.7/8 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração:

Não há composição de comitês na Companhia.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores:

As pessoas indicadas não possuem relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros:

Não há relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

VIII – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (Item 13 do Formulário de Referência)

I. A proposta de remuneração dos administradores

A Companhia propõe, para o exercício em curso, que a remuneração global dos Administradores seja fixada no montante R\$.2.336.125,00 (dois milhões, trezentos e trinta e seis mil, cento e vinte e cinco reais), verba esta, reajustável a partir de abril de 2017, nas mesmas datas e percentuais dos aumentos salariais aplicáveis ou concedidos aos empregados da empresa. Nesta verba não está incluído os encargos sociais.

II. As informações indicadas no item 13 do formulário de referência, que estão a seguir demonstradas

13.1) Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

O objetivo de cada elemento da remuneração dos administradores é incentivar o alinhamento de interesses dos administradores com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento dos mesmos e também atrair e manter profissionais altamente qualificados.

Além do plano de assistência médica, oferecemos ainda, um plano de previdência privada do tipo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A., para nossos diretores e colaboradores. Trata-se de uma poupança incentivada na qual o colaborador aplica mensalmente até 4,5% do salário, levando a Companhia a contribuir com o mesmo valor.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho é composta pelos seguintes elementos:

- **Remuneração fixa anual:** corresponde ao salário ou pró-labore e aos benefícios diretos e indiretos.
- **Remuneração variável:** corresponde as participações nos resultados.
- **Benefícios pós-emprego:** compreende os valores pagos a título de planos de previdência privada.

A aplicação destes elementos, em linha com os objetivos traçados, ocorre de maneira diferenciada para cada órgão da administração da Companhia, conforme detalhados a seguir.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus somente à remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa recompensar, atrair e reter conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia.

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus à remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa recompensar, atrair e reter os profissionais que agreguem valor aos resultados da Companhia. Como parte da remuneração fixa, ainda, a Companhia concede aos membros da Diretoria Estatutária os seguintes benefícios diretos e indiretos: vale refeição, automóvel, combustível, seguro de vida em grupo, seguro de vida para acidentes pessoais e plano de saúde.

Para a remuneração variável há o incentivo, pago em forma de participação nos resultados da Companhia, cujo montante global será fixado pela Assembleia Geral. O objetivo da remuneração variável é recompensar pelos resultados da Companhia.

A Companhia também concede um benefício pós-emprego, mediante o pagamento dos valores dos planos de previdência privada cujos beneficiários são os membros de sua Diretoria Estatutária.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus somente à remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa recompensar, atrair e reter conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia.

ii. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Exercício social findo em: 31 de dezembro de 2016	Conselho de Adm	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa			
Salário ou pró-labore	100,00%	87,70%	100,00%
Benefícios direto e indireto	0,00%	11,53%	0,00%
Remuneração variável			
Partic de resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Benefício pós-emprego			
	0,00%	0,77%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício social findo em: 31 de dezembro de 2015	Conselho de Adm	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa			
Salário ou pró-labore	100,00%	88,07%	100,00%
Benefícios direto e indireto	0,00%	9,73%	0,00%
Remuneração variável			
Partic de resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Benefício pós-emprego			
	0,00%	2,20%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício social findo em: 31 de dezembro de 2014	Conselho de Adm	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa			
Salário ou pró-labore	100,00%	54,57%	100,00%
Benefícios direto e indireto	0,00%	6,41%	0,00%
Remuneração variável			
Partic de resultados	0,00%	21,38%	0,00%
Benefício pós-emprego			
	0,00%	2,57%	0,00%
Total	100,00%	84,93%	100,00%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

As remunerações fixas são reajustadas anualmente de acordo com a variação geral dos salários aplicados pela Companhia na mesma data base que seus colaboradores.

A remuneração variável é com base nos resultados obtidos pela Companhia e o montante global é fixado pela Assembleia Geral.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração visa recompensar, atrair e reter os profissionais qualificados que agreguem valor aos resultados da Companhia e, no caso da Diretoria Estatutária, recompensar pelos resultados obtidos.

v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

A companhia não possui membros da administração não remunerados.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Remuneração fixa: responsabilidades atribuídas ao cargo.

Remuneração variável: com base em resultados financeiros dos negócios da Companhia. Os indicadores apurados incluem: o lucro líquido, faturamento líquido e margem EBITDA.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

No início de cada ano, são definidas as metas da Companhia. O atendimento a essas metas é acompanhado de forma periódica durante o ano e finalmente apurado ao término do exercício social, sendo esse resultado final a base para o cálculo da remuneração variável, considerando o nível de atendimento de cada indicador, dentre aqueles descritos no sub-ítem “c” acima.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Vide letra “a.” acima.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

13.2) Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Remuneração Total Projeção 2017				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	5	13
Nº de membros remunerados	5	3	5	13
Remuneração fixa anual	571.977	1.519.469	246.493	2.337.939
Salário ou pró-labore	476.647	1.255.848	205.411	1.937.906
Benefícios direto e indireto	-	12.452	-	12.452
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	95.329	251.170	41.082	387.581
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais ônus do empregador	Encargos sociais ônus do empregador	Encargos sociais ônus do empregador	
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	12.926	-	12.926
Cessação do Cargo	-	-	-	-
Baseada em Ações	-	-	-	-
Total da Remuneração	571.977	1.532.395	246.493	2.350.865

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2016 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6	3	5	14
Nº de membros remunerados	6	3	5	14
Remuneração fixa anual	603.701	1.547.642	223.663	2.375.006
Salário ou pró-labore	503.084	1.139.847	186.385	1.829.316
Benefícios direto e indireto	-	179.826	-	179.826
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	100.617	227.969	37.277	365.863
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais ônus do empregador	Encargos sociais ônus do empregador	Encargos sociais ônus do empregador	
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	11.969	-	11.969
Cessação do Cargo	-	-	-	-
Baseada em Ações	-	-	-	-
Total da Remuneração	603.701	1.559.611	223.663	2.386.974

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2015 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	3,67	5	15,67
Nº de membros remunerados	7	3,67	5	15,67
Remuneração fixa anual	1.044.037	1.930.994	219.744	3.194.774
Salário ou pró-labore	870.031	1.307.532	183.120	2.360.682
Benefícios direto e indireto	-	192.106	-	192.106
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	174.006	431.356	36.624	641.986
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais ônus do empregador	Encargos sociais ônus do empregador	Encargos sociais ônus do empregador	
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	43.385	-	43.385
Cessação do Cargo	-	-	-	-
Baseada em Ações	-	-	-	-
Total da Remuneração	1.044.037	1.974.378	219.744	3.238.159

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2014 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6	4	5	15
Nº de membros remunerados	6	4	5	15
Remuneração fixa anual	541.887	2.000.254	219.744	2.761.886
Salário ou pró-labore	422.557	1.419.527	183.120	2.025.204
Benefícios direto e indireto	-	183.294	-	183.294
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	119.330	397.433	36.624	553.387
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais ônus do empregador	Encargos sociais ônus do empregador	Encargos sociais ônus do empregador	
Remuneração variável	-	520.000	-	520.000
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	520.000	-	520.000
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	56.722	-	56.722
Cessação do Cargo	-	-	-	-
Baseada em Ações	-	-	-	-
Total da Remuneração	541.887	2.576.976	219.744	3.338.607

13.3) Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração variável - Prevista para o exercício social corrente (2017)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	5	13
Nº de membros remunerados	5	3	5	13
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.255.848	-	1.255.848
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2016				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6	3	5	14
Nº de membros remunerados	6	3	5	14
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.139.847	-	1.139.847
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2015				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	3,67	5	15,67
Nº de membros remunerados	7	3,67	5	15,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.307.532	-	1.307.532
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2014				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6	4	5	15
Nº de membros remunerados	6	4	5	15
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.419.527	-	1.419.527
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	520.000	-	520.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	520.000	-	520.000

13.4) Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não aplicável

13.5) Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável

13.6) Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável

13.7) Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável

13.8) Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável

13.9) Informar quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Não aplicável

13.10) Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Órgão	Nº membros	Nº membros remunerados	Nome do Plano	Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Condições para se aposentar antecipadamente
Diretoria Estatutária	3	3	Bradesco Previdência	Todos	Não previsto

Órgão	Nº membros	Nº membros remunerados	Nome do Plano	Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.
Diretoria Estatutária	3	3	Bradesco Previdência	R\$ 393.927,79

Órgão	Nº membros	Nº membros remunerados	Nome do Plano	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.
Diretoria Estatutária	3	3	Bradesco Previdência	R\$ 11.968,60

Existe a possibilidade de resgate antecipado, permitindo a Companhia resgatar o mesmo valor.

13.11) Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Ano	Órgão	Nº de membros	Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor médio de remuneração individual
2016	Conselho Administração	6	100.617	100.617	100.617
	Diretoria Estatutária	3	809.331	175.866	519.870
	Conselho Fiscal	5	44.733	44.733	44.733
2015	Conselho Administração	7	496.402	91.272	149.148
	Diretoria Estatutária	3,67	786.645	187.297	537.978
	Conselho Fiscal	5	43.949	43.949	43.949
2014	Conselho Administração	6	90.315	90.315	90.315
	Diretoria Estatutária	4	786.645	187.297	644.244
	Conselho Fiscal	5	43.949	43.949	43.949

13.12) Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Exceto quanto ao plano de previdência privada oferecido a todos colaboradores com as mesmas regras para a Diretoria, não existe apólice de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Ano	Órgão	%
2016	Conselho Administração	8,52%
	Diretoria Estatutária	73,90%
	Conselho Fiscal	0,00%
2015	Conselho Administração	8,74%
	Diretoria Estatutária	62,95%
	Conselho Fiscal	0,00%
2014	Conselho Administração	16,67%
	Diretoria Estatutária	47,55%
	Conselho Fiscal	0,00%

13.14) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável

13.15) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável

13.16) Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que o emissor julgue relevante